ATA DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 7 DE JUNHO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR

1º SECRETÁRIO: VEREADOR CARLOS MUNIZ

2º SECRETÁRIO: VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, KEL TORRES, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 217/22 da Secretaria Municipal de Mobilidade encaminhando Parecer Técnico; Ofícios n.s 167 e 169/22 da Secretaria Municipal de Governo

em resposta a pleitos da CMS; Mensagem n. 10/22 do Executivo Municipal encaminhando o Projeto de Lei Complementar n. 3/22 e do Executivo Municipal; Projeto de Lei Complementar n. 4/22 do vereador Randerson Leal; Projetos de Lei n.s 168/22 do vereador Daniel Alves, 169/22 da vereadora Laina Crisóstomo, 170/22 do vereador Augusto Vasconcelos, 171/22 do vereador Anderson Ninho, 172/22 do vereador Daniel Alves e 173/22 da vereadora Laina Crisóstomo; Projetos de Indicação n.s 166/22 do vereador Randerson Leal, 167/22 da vereadora Laina Crisóstomo, 168/22 do vereador Átila do Congo, 169/22 do vereador Augusto Vasconcelos, 170 e 171/22 do vereador Maurício Trindade, 172 e 173/22 do vereador André Fraga e 174/22 do vereador Maurício Trindade; Projeto de Resolução n. 40/22 do vereador Geraldo Júnior; Requerimento n. 131/22 do vereador Teo Senna; Requerimentos de Utilidade Pública n.s 27 e 28/22 do vereador Edvaldo Brito; e Moções n.s 162 a 166/22 do vereador Marcelo Maia, 167 a 169/22 do vereador André Fraga e 170/22 do vereador Sílvio Humberto. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente reafirmou o seu compromisso, assumido em audiência pública, de que nenhuma matéria seria votada na Casa até que o Executivo enviasse projeto relativo aos agentes de saúde e de endemias, os quais lutavam por seus direitos. Na **Tribuna Popular**, a senhora Linéia Costa, do Movimento IPTU Justo, explicou que o seu grupo reunia 40 condomínios. Lembrou as alterações na Planta Genérica do IPTU em 2013, ocasião em que foram criadas travas, as quais causaram desigualdades. Expôs que imóveis similares, numa mesma rua ou edifício, tinham acentuadas diferenças no valor do tributo devido. Contou ter havido conversas na Prefeitura, nas quais, houvera reconhecimento de falhas por parte da Secretaria da Fazenda, sendo que nada era feito, o que levava pessoas a se desfazerem dos seus imóveis. Apontou omissão do prefeito em revisar a Planta Genérica e refutou o argumento, do prefeito, de que essa revisão traria majoração dos valores. O senhor presidente pediu que a oradora encaminhasse à Mesa um documento com as razões que apresentara, para que ele pudesse

chamar a secretária da Fazenda, oficialmente, para conversar sobre a questão. Sobre a não-votação do que não fosse a matéria dos agentes de saúde, explicou que poderia haver exceção para o Projeto do reajuste dos servidores, caso os agentes de saúde consentissem. Dando seguimento à **Tribuna Popular**, o senhor André Figueiredo de Andrade Silva, da Comissão dos condutores de ambulâncias do SAMU, expôs os problemas desses profissionais, destacando os atrasos no pagamento dos vencimentos. Sublinhou a atuação intensa da categoria nos atendimentos relacionados à pandemia, lembrando que atendiam pacientes em domicílio, e pediu a intercessão da Casa sobre o pleito remuneratório. Agradeceu à vereadora Marta Rodrigues e ao deputado estadual Osni Cardoso. O senhor presidente pediu ao orador que o pleito apresentado fosse a ele encaminhado. Ainda pela mesma representação, o senhor Valter de Jesus Neri explicou que, assim como outros 50 profissionais, ele havia sido demitido por força da atuação, no SAMU, da empresa OZZ Saúde. Expôs o seu desconforto pessoal e familiar com essa situação. O senhor presidente indagou se havia entendimento das bancadas sobre a votação do Projeto sobre ITIV, do vereador Edvaldo Brito. O vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, declarou que o Legislativo não poderia legislar sobre matéria tributária e pediu ao vereador Edvaldo Brito que apresentasse Projeto de Indicação sobre a matéria, o qual seria acolhido pelo Executivo. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Cláudio Tinoco saudou o vereador Kel Torres, que se empossara na CMS neste dia. Saudou as categorias representadas na Tribuna Popular e mencionou Projetos, de sua autoria, sobre socorristas do SAMU. Sobre o IPTU, lembrou que, em 2013, houvera frente ampla e aberta de discussão acerca do assunto e que, na oportunidade, a Prefeitura aumentara o índice de isenção de 80 mil para mais de 200 mil imóveis. Contou sobre comissão de edis que se reunira com a secretária da Fazenda e reconheceu que havia distorções, afirmando que as providências concebidas na reunião estavam sendo tomadas, com projeção de passarem a valer no próximo mês de janeiro.

Declarou-se feliz com a medida do Presidente Bolsonaro sobre compensações federais para que o ICMS não incidisse sobre combustíveis e disse esperar que o governador Rui Costa fizesse a sua parte. O vereador Edvaldo Brito, incialmente, respondeu ao vereador Paulo Magalhães Júnior, expondo que a Constituição Federal não vedava que os vereadores legislassem sobre matéria tributária. Pontuou ser catedrático em Direito Tributário, pedindo respeito e explicando que já dera palestras sobre o tema. Sobre a Tribuna Popular, lembrou que, em 2020, alertara os contribuintes sobre a Planta Genérica do IPTU. Disse que seria capaz de colher assinaturas de cidadãos para ir à juízo sobre o assunto e indagou onde estavam os edis governistas quando foram feitas as mudanças de 2013, as quais considerou escorchantes. O senhor presidente ofereceu-se para acompanhar o orador em sua movimentação e declarou que o Projeto do ITIV ficaria na mesma posição do Projeto dos agentes de saúde, obstando outras votações. Afirmou a competência dos vereadores para propor projetos de conteúdo tributário. Afirmou, ainda, que o ITIV atualmente posto era ilegal, tendo base de cálculo inconstitucional, e que a Casa poderia corrigir essa ilegalidade. Disse que a votação desse Projeto seria conduzida por outro edil, de sua confiança, para que ele próprio pudesse dar o seu voto favorável. Enalteceu o vereador Edvaldo Brito como jurista e assinalou que a matéria era pacificada no STF. Indagou se havia acordo para ser votado o Projeto de Lei Complementar n. 3/22, de reajuste dos servidores. Disse que a Comissão de Educação deveria opinar no Parecer a esse Projeto, mas que, após duas convocações para se compor essa Comissão, ela seguia não-composta, e registrou que apenas os vereadores Marta Rodrigues e Sílvio Humberto haviam atendido a essas convocações. Indagou ao líder do Governo sobre a possibilidade de instalação dessa Comissão neste momento. O vereador Paulo Magalhães Júnior, líder do Governo, incialmente expressou respeito e discordância ao vereador Edvaldo Brito. Em seguida, respondeu ao senhor presidente que, dada a importância da matéria a ser examinada, posicionava-se

pela instalação da Comissão e pela votação do Projeto de reajuste. Na sequência, foi instalada, por aclamação, a Comissão de Educação, tendo os vereadores Cris Correia na Presidência e Emerson Penalva na vice-Presidência, e tendo ainda, como membros, os vereadores Isnard Araújo, Luiz Carlos de Souza, Marta Rodrigues, Sílvio Humberto e Teo Senna, e, como suplentes, os vereadores George Reis (1º suplente) e Cláudio Tinoco (2º suplente). Seguindo-se os Comentários à Tribuna Popular, o vereador Augusto Vasconcelos elogiou a instalação da Comissão, destacando que isso viabilizaria a votação para o reajuste dos professores. Pediu que a Prefeitura cumprisse a Emenda Constitucional n. 120 e, sobre o SAMU, defendeu que os profissionais recebessem os adicionais que lhes eram devidos. Lembrou ter havido reunião sobre o IPTU e pediu que se cumprisse o conversado. Defendeu a votação do ITIV, rejeitando a base de cálculo atual. Pela ordem, o vereador Teo Senna considerou que o senhor presidente tomava decisões sobre a Tribuna Popular que se sobrepunham ao papel do 3º secretário. Elogiou o vereador Augusto Vasconcelos e considerou que ele ainda não conhecia bem o sistema de paridades da Casa. O senhor presidente lembrou que o vereador Teo Senna estava sob a liderança de Governo, a qual fora favorável à Comissão ora instituída. Lembrou, também, ter pedido, ao próprio vereador Teo Senna, sugestões para a composição dessa Comissão. Observou que os oradores da Tribuna Popular eram indicados pelo 3º secretário, porém a decisão sobre isso era do presidente, que se regia, quanto a isso, pelos interesses da Cidade. Lembrou as diferentes representações populares trazidas nas últimas semanas. O vereador Leandro Guerrilha elogiou o líder do Governo quanto à matéria da Educação. Defendeu o IPTU atualmente instituído, afirmando que ele fazia justiça social e que a discussão realmente importante seria sobre ICMS justo, frente à alta dos combustíveis. Conclamou todos à campanha de donativos para as vítimas das chuvas em Pernambuco. O senhor presidente declarou a sua estima pelo vereador Paulo Magalhães Júnior. A vereadora Marta Rodrigues

saudou os agentes de saúde, elogiando a assembleia da categoria no dia anterior. Saudou os educadores pela mobilização. Associou-se ao pleito do IPTU Justo, lembrando audiência em que a secretária da Fazenda se comprometera a voltar a receber o Movimento. Solidarizou-se com a demissão do senhor Valter Neri, criticando a Prefeitura e propondo audiência pública sobre o SAMU. O senhor presidente registrou a anuência dos agentes de saúde para a votação do Projeto de Lei Complementar n. 3/22, o qual, então, passou a ser apreciado. Subiu à Tribuna, para Parecer conjunto pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), pela Comissão de Finanças e Orçamento, e pela Comissão de Educação, o vereador Alexandre Aleluia, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 3/22 foi aprovado até a Redação Final. O senhor presidente registrou a aprovação de três Projetos do Executivo nas últimas semanas. Saudou o vereador Kel Torres pelo ingresso na CMS. No **Pinga-Fogo**, o vereador Joceval Rodrigues saudou os professores pela justiça salarial obtida com o Projeto aprovado, pelo qual, parabenizou o prefeito, autor da Proposição. O senhor presidente registrou o pedido do vereador Joceval Rodrigues para que a votação desse Projeto tivesse prioridade. Em comunicação inadiável, o vereador Luiz Carlos de Souza saudou o vereador Kel Torres, explicando o seu ingresso pela suplência da vereadora licenciada Ireuda Silva. O vereador Cláudio Tinoco discorreu sobre o reajuste para os servidores públicos através do Projeto aprovado, elogiando a Prefeitura por isso e por todas as ações durante a pandemia, quando despesas imprevistas foram enfrentadas. Destacou o secretário de Gestão Thiago Dantas e outros responsáveis por esse reajuste, o qual sublinhou se dirigir, também, aos aposentados e pensionistas. O senhor presidente explicou que se ausentaria para cumprir compromisso oficial e convidou o vereador Carlos Muniz para assumir a Presidência. Prosseguindo-se o Pinga-Fogo, o vereador Sílvio Humberto enalteceu o trabalho do SAMU. Apontou a mobilização dos servidores como responsável pelo reajuste, o qual

considerou abaixo do necessário, e defendeu a luta por maior valorização da categoria. O vereador Tiago Ferreira elogiou todas a ações que culminaram na aprovação do Projeto do reajuste. Mencionou as movimentações pela eleição do candidato do seu partido ao Governo do Estado, afirmando que essa candidatura tinha projeto e poderia vencer independente de números de pesquisas. Informou reunião dos rodoviários na qual se tentaria evitar greve. O vereador Kel Torres declarou felicidade em seu primeiro dia como vereador, inclusive pelo Projeto que fora aprovado. Saudou os que acreditavam no seu projeto. Contou sobre a sua chegada a Cajazeiras, com a sua família, oriundos do Recôncavo, e sobre como vislumbrou o potencial do comércio e das lideranças comunitárias do bairro. A vereadora Maria Marighella celebrou a vitória dos servidores com o reajuste e enalteceu os demais trabalhadores presentes ao Plenário. Defendeu os servidores públicos e o serviço público. Criticou Projeto, anteriormente aprovado, que conferia liberdade ao poder público para manejar trabalhadores em parcerias público-privadas. Estimou êxito para os agentes de saúde e lastimou as condições dos motoristas do SAMU, sublinhando que eles se prejudicavam por força de empresa privada. Cantou canção que remetia ao problema da alta tarifa do transporte, situação que criticou, pedindo debate envolvendo o Executivo e os movimentos sociais. O vereador Randerson Leal comentou sobre os projetos que já apresentara, afirmando que eram voltados ao povo. Contou ser natural de Juazeiro e ter começado a trabalhar como camelô, assim como seu pai, o deputado estadual Roberto Carlos, sobre o qual declarou orgulho. Agradeceu ao presidente Geraldo Júnior e declarou apoio às categorias presentes ao Plenário. Em comunicação inadiável, a vereadora Marta Rodrigues registrou ser o Dia Nacional da Liberdade de Imprensa, defendendo essa liberdade, e o Dia Nacional dos Catadores de Recicláveis, pedindo respeito à categoria. Informou audiência sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) na Comissão de Finanças, no dia seguinte, às 9h. O vereador Átila do Congo saudou os agentes de saúde. Expôs a importância desses profissionais, inclusive

no tratamento prévio de pacientes que ingressariam em unidades de saúde, e defendeu reajuste no seu piso salarial. Criticou a coleta de lixo no Subúrbio, apontando o problema como causador de doenças e mortes. Nada mais havendo, o senhor presidente Carlos Muniz declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO